

Integração  
Transmissora de  
Energia S.A. -  
INTESA

**Demonstrações financeiras em 31 de  
dezembro de 2018**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>5</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos administradores e acionista da Integração Transmissora de Energia S.A

*Brasília - Distrito Federal*

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Integração Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Integração Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

## Mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com clientes

Veja as Notas 4.1, 4.8, 10 e 19 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – <i>Revenue from contract with customer</i>) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo.</p> <p>Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.</p> <p>Devido à relevância dos valores, do julgamento significativo e das estimativas envolvidas, consideramos a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>i) a leitura do contrato de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato;</li><li>ii) a avaliação, consultando especialistas em finanças corporativas, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, na margem do contrato e na definição na taxa de desconto utilizada no modelo; e,</li><li>iii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.</li></ul> <p>No decorrer da nossa auditoria, identificamos ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação do ativo contratual e da receita de contrato com o cliente, os quais foram registrados e divulgados pela administração.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com o cliente e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tomadas em conjunto.</p>

## Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de

acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de

auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação à administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 31 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6 "S" CE

João Alberto da Silva Neto  
Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

## Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2018	2017
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	190.567	96	Fornecedores	12	4.410	6.562
Títulos e valores mobiliários	6	-	24.764	Empréstimos e financiamentos	13	-	31.822
Ativo financeiro da concessão	11	226.332	157.699	Debêntures	14	2.124	-
Impostos e contribuições a recuperar	8	3.435	533	Dividendos propostos	21	16.062	10.885
Impostos e contribuições sobre o lucro	9	2.621	341	Impostos a recolher	15	2.056	1.456
Serviços em curso		-	659	Imposto de renda e contribuição social a recolher		4.351	2.738
Outros ativos	7	6.609	422	Incentivos fiscais	16	539	-
				Encargos setoriais	17	3.930	3.713
				Outros passivos		1.122	1.454
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>429.564</b>	<b>184.514</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>34.594</b>	<b>58.630</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Impostos e contribuições a recuperar	8	207	-	Empréstimos e financiamentos	13	-	57.719
Depósitos judiciais		32	6	Debêntures	14	199.874	-
Ativo financeiro da concessão	11	371.614	428.428	Impostos e contribuição social diferidos	19	54.156	29.288
Ativo de contratos	10	78.309	-	PIS e COFINS diferidos	18	54.967	45.409
Títulos e valores mobiliários	6	-	11.485	Incentivos fiscais	16	12.990	13.924
Imobilizado		944	332				
<b>Total do não ativo circulante</b>		<b>451.106</b>	<b>440.251</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>321.987</b>	<b>146.340</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>	23		
				Capital social		188.556	170.000
				Reserva legal		5.563	18.556
				Reserva de incentivos fiscais		75.543	59.054
				Reserva de retenção de lucros		254.427	172.186
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>524.089</b>	<b>419.796</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>880.670</b>	<b>624.765</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>880.670</b>	<b>624.765</b>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras.

# Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2018	2017
Receita líquida	24	207.955	131.890
Custo dos serviços prestados	25	<u>(53.102)</u>	<u>(48.487)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>154.853</u>	<u>83.403</u>
<b>Despesas operacionais</b>			
Gerais e administrativas	26	<u>(3.476)</u>	<u>(4.699)</u>
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<u>151.377</u>	<u>78.704</u>
Receitas financeiras	27	4.103	3.560
Despesas financeiras	27	<u>(8.915)</u>	<u>(11.058)</u>
<b>Resultado financeiro</b>	27	<u>(4.812)</u>	<u>(7.498)</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<u>146.565</u>	<u>71.206</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	20	(35.736)	(21.356)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	20	(16.062)	(3.387)
Subvenção do imposto de renda	20	<u>16.489</u>	<u>11.931</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u><u>111.256</u></u>	<u><u>58.394</u></u>
<b>Lucro líquido do exercício, básico e diluído, por lote de mil ações - R\$</b>		<u><u>0,65</u></u>	<u><u>0,34</u></u>
<b>Quantidade de ações, por lote de mil ações, no final do exercício</b>		<u><u>170.000</u></u>	<u><u>170.000</u></u>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras.



# **Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA**

## **Demonstrações do resultado abrangente**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Lucro líquido do exercício	111.256	44.672
Resultado abrangente	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b><u><u>111.256</u></u></b>	<b><u><u>44.672</u></u></b>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras.

# Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros							
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucro	Subvenções para Incentivos fiscais	Reserva de lucro a realizar	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>170.000</b>	<b>15.636</b>	<b>170.528</b>	<b>47.123</b>			-	<b>403.288</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	58.394	58.394
Pagamento de dividendos no exercício	-	-	31.000	-	-	-	-	31.000
Destinação do lucro:								
Constituição de reservas	-	2.920	32.658	11.931	-	-	(47.509)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios (Nota 23)	-	-	-	-	-	-	(10.885)	(10.885)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>170.000</b>	<b>18.556</b>	<b>172.186</b>	<b>59.054</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>419.797</b>
Ajuste na aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, líquido de impostos (Nota 4.1)	-	-	-	-	9.099	-	-	9.099
<b>Saldo representado em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>170.000</b>	<b>18.556</b>	<b>172.186</b>	<b>59.054</b>	<b>9.099</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>428.896</b>
Aumento de capital social (Nota 23)	18.556	(18.556)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	111.256	111.256
Destinação do lucro:								
Constituição de reserva de lucros a Realizar (Nota 23)	-	-	-	-	42.165	-	(42.165)	-
Constituição de reserva legal	-	5.563	-	-	-	-	(5.563)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais (Nota 20)	-	-	-	16.489	-	-	(16.489)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios (Nota 23)	-	-	-	-	-	-	(16.062)	(16.062)
Dividendos adicionais propostos a pagar (Nota 23)	-	-	-	-	-	30.977	(30.977)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>188.556</b>	<b>5.563</b>	<b>172.186</b>	<b>75.543</b>	<b>51.264</b>	<b>30.977</b>	<b>-</b>	<b>524.089</b>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras

# Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>111.256</b>	<b>58.394</b>
<b>Ajustes ao lucro líquido</b>		
Depreciação	60	60
Juros sobre financiamentos	7.986	10.193
Receita de O&M	(31.642)	(13.771)
Remuneração do ativo financeiro	(103.780)	(96.507)
Atualização do ativo de contrato	(8.487)	-
PIS e COFINS diferidos	9.558	(2.477)
Imposto de renda e contribuição social	43.434	12.189
Lucro líquido ajustado	<b>28.385</b>	<b>(31.918)</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Ativo de contratos	(19.118)	-
Tributos e contribuições compensáveis	(6.615)	(45)
Outros ativos	(2.672)	2.635
Fornecedores	(2.152)	5.156
Encargos setoriais	164	(679)
Impostos e contribuições a recolher	599	36
Remuneração recebida do ativo financeiro da concessão	159.586	134.474
Investimento em ativo financeiro da concessão	(77.588)	(32.850)
Outros passivos	(3.553)	(313)
<b>Caixa proveniente atividades operacionais</b>	<b>77.036</b>	<b>76.497</b>
Juros pagos	(7.967)	(9.200)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(15.729)	(9.140)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>53.340</b>	<b>58.157</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Titulos e valores mobiliários	36.249	14.826
Aquisição de ativo imobilizado	(672)	-
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimento</b>	<b>35.577</b>	<b>14.826</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Dividendos e JCP pagos aos acionistas	(10.885)	(41.604)
Amortização de financiamentos	(89.559)	(31.302)
Captação de debêntures	200.000	-
Juros de debentures	1.998	-
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>	<b>101.554</b>	<b>(72.906)</b>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>190.471</b>	<b>77</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>96</b>	<b>19</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>190.567</b>	<b>96</b>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras.

# Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA

## Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
<b>Receitas</b>		
Receita financeira (atualização do ativo contratual)	103.779	96.507
Receita de O&M	31.642	13.771
Receita de construção	77.588	1.228
Outras receitas	20.206	36.131
	<u>233.215</u>	<u>147.638</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)</b>		
Material de consumo	394	447
Serviços de terceiros	11.817	12.236
Custo de construção	38.687	32.850
Outras despesas	797	1.949
	<u>51.695</u>	<u>47.482</u>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<u>181.520</u>	<u>100.156</u>
<b>Valor aplicado em transferência</b>		
Receitas financeiras	4.103	3.561
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<u>185.623</u>	<u>103.717</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal	3.722	4.120
FGTS	241	351
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
Federais	54.905	81.630
INSS	713	776
Estadual	14	61
Encargos do Setor	5.131	4.933
Taxa de Fiscalização Aneel	519	479
<b>Financiadores</b>		
Despesas financeiras	2.809	865
Juros BNDES	6.106	10.193
Alugueis	207	309
Lucro líquido do exercício	<u>111.256</u>	<u>-</u>
<b>Valor adicionado</b>	<u>185.623</u>	<u>103.717</u>

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### 1 Contexto operacional

A Integração Transmissora de Energia - INTESA (“Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, com sede no Distrito Federal, constituída em 20 de dezembro de 2005, tem por objetivo a construção, implantação, operação e manutenção das instalações do serviço público de energia elétrica da rede básica do sistema elétrico interligado, composto pela Linha de Transmissão 500kV Colinas/Serra da Mesa 2, localizado nos Estados de Tocantins e Goiás que compõem 25 municípios entre Colinas do Tocantins - TO e Colinas do Sul- GO. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica suas atividades são reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A Companhia iniciou suas atividades operacionais em 30 de maio de 2008.

### 2 Concessão de transmissão de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 002/2006, assinado em 27 de abril de 2006, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL, o prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, podendo ser renovado por igual período.

Com Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 65.349, a RAP da concessionária é reajustada anualmente. A partir do décimo sexto ano de operação comercial, a RAP da Companhia será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, estendendo-se até o término do prazo da concessão. No ano de 2018, a RAP faturada (por intermédio dos Avisos de Crédito - AVC e o subsídio da CDE) aos usuários do sistema de transmissão foi de R\$ 163.737.

Abaixo, as instalações de transmissão da Companhia, conforme contrato de concessão:

Trecho	Extensão		
	Kv	Km	Estado
Colinas- Miracema	500	173	TO
Miracema - Gurupi	500	255	TO
Gurupi -Peixe 2	500	72	TO
Peixe 2 - Serra da Mesa 2	500	195	TO/GO
Extensão total da concessão		695	

Por solicitação do ONS - Operador Nacional do Sistema, a Companhia realizou um reforço em seu sistema, nos termos da Resolução Autorizativa Aneel nº 5.906 de 21/06/16, que foi concluído em janeiro de 2018. Esse reforço consistiu na troca do Banco de Capacitores Série - BCS existente na SE Peixe 2 com capacidade de 1.800 A para um BCS de 2.500 A. Esse investimento é parte de um projeto maior, quando haverá a troca de todos os BCS da Interligação Norte Sul, envolvendo inclusive outros concessionários de transmissão, proporcionando um aumento no escoamento de energia pelas Linhas de Transmissão já existentes.

Em 28 de março de 2017, foi emitida a Resolução Autorizativa ANEEL nº 6259, que abrange o reforço nas Subestações de Miracema e Gurupi, conforme detalhados a seguir:

O reforço para subestação de Miracema, concluído em Novembro/2018, consistiu na substituição de uma unidade do Banco de Capacitores com capacidade de 1.667 A para um BCS de 2.250 A, e uma unidade Reserva para Reator de Barra 550 kV, cuja implantação nessa subestação terá um custo total estimado de R\$ 40.000; e,

O reforço para subestação de Gurupi, consiste na substituição de duas unidades de Banco de Capacitores com capacidade de 1.667 A para um BCS de 2.250 A, cuja implantação nessa subestação terá um custo total estimado de R\$ 60.000.

### **3 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

#### **3.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2019.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota 4.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### **3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **3.3 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

**a. Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

**Nota explicativa 4.11** - arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento operacional.

**Nota explicativa 4.1** - reconhecimento de receita: se a receita é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo;

**b. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2018 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 4.1 e 10** – Critério e remuneração do ativo contratual.
- **Nota explicativa 22** - Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos; e
- **Nota explicativa 28** - Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.

**3.4 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

**4 Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário, conforme apresentado a seguir na Nota 4.1.

Certos montantes comparativos no balanço patrimonial e nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente foram atualizados ou reclassificados, como resultado de uma mudança na política contábil, conforme apresentado a seguir na Nota 4.1.

**4.1 Mudanças nas principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

Devido ao método de transição escolhido pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para

refletir os requerimentos das novas normas.

**(a) CPC 47/IFRS 15 Receita de contrato com cliente**

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018.

Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30/IAS 18, o CPC 17/IAS 11 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47/IFRS 15, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

As tabelas a seguir resumem os impactos da adoção do CPC47/IFRS15 no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e na demonstração do resultado para o encerramento deste ano em cada uma das linhas afetadas. Não houve impacto material na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

<b>Balanço patrimonial</b>	<b>Impactos na aplicação inicial do CPC47/IFRS15</b>		
	<b>Conforme apresentado</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Valores sem a adoção do CPC47/IFRS15</b>
<b>31 de dezembro de 2018</b>			
Ativo circulante			
Ativo financeiro da concessão (i)	226.332	54.423	171.909
Outros ativos circulantes não impactados	203.232	-	203.232
	<u>429.564</u>	<u>54.423</u>	<u>375.141</u>
Ativo não circulante			
Ativo financeiro da concessão (i)	371.614	(73.055)	444.669
Ativo de contratos (i)	78.309	78.309	-
Outros ativos não circulantes não impactados	1.183	-	1.183
	<u>451.106</u>	<u>5.254</u>	<u>445.852</u>
<b>Total de ativos</b>	<u>880.670</u>	<u>59.677</u>	<u>820.993</u>



<b>Balço patrimonial</b>	<b>Impactos na aplicação inicial do CPC47/IFRS15</b>		
	<b>Conforme apresentado</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Valores sem a adoção do CPC47/IFRS15</b>
<b>31 de dezembro de 2018</b>			
Passivo circulante			
Outros passivos circulantes não impactados	34.594	-	34.594
	<u>34.594</u>	<u>-</u>	<u>34.594</u>
Passivo não circulante			
Imposto de renda e contribuição diferido (ii)	54.156	13.590	40.566
PIS e COFINS diferidos (ii)	54.967	12.035	42.932
Outros passivos não circulantes não impactados	212.864	-	212.864
	<u>321.987</u>	<u>25.625</u>	<u>296.362</u>
<b>Total de passivos</b>	<u><u>356.581</u></u>	<u><u>25.625</u></u>	<u><u>330.956</u></u>
Patrimônio líquido			
Reservas de lucros (iii)	254.427	34.052	220.375
Outros itens do patrimônio líquido não impactados	269.662	-	269.662
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<u>524.089</u>	<u>34.052</u>	<u>490.037</u>
<b>Total do passivo</b>	<u><u>880.670</u></u>	<u><u>59.677</u></u>	<u><u>820.993</u></u>

<b>Demonstração do resultado</b>	<b>Impactos na aplicação inicial do CPC47/IFRS15</b>		
	<b>Conforme apresentado</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Valores sem a adoção do CPC47/IFRS15</b>
<b>31 de dezembro de 2018</b>			
Receita líquida (i)	207.955	41.120	166.835
Custo do serviço e despesas Adm	(56.578)	-	(56.578)
Outros itens da demonstração do resultado	(4.812)	-	(4.812)
Imposto de renda e contribuição social (ii)	(35.309)	(16.167)	(19.142)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<u><b>111.256</b></u>	<u><b>24.953</b></u>	<u><b>86.303</b></u>

A tabela a seguir resume o impacto, líquido de impostos, da transição para o CPC 47 / IFRS 15 sobre lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018.

<b>Lucros acumulados</b>	<b>Impacto da adoção do CPC 47/IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018</b>
Ativo contratual (iii)	59.191
Baixa de ativos financeiros	(35.915)
PIS/COFINS diferidos	(5.370)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.805)
	9.099
	9.099

- (i) O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados com a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por construir, operar e manter instalações de transmissão. Em contrapartida dessas obrigações de desempenho, a Companhia receberá uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro de acordo com o CPC 30/IAS 18 e CPC 17/IAS 11- Contratos de Construção, mensurada ao custo amortizado, sendo contabilizadas receitas de construção com margem zero, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno (TIR) do projeto. Com a entrada em vigor, em 1º de janeiro de 2018, do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo contratual”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: (1) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente, líquido da margem de construção (e de operação), é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento; (2) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção; (3) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registrando também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto;
- (ii) Impacto dos impostos diferidos sobre a adoção do ativo contratual, mencionado anteriormente;

(iii) Efeito dos ajustes refletidos no patrimônio líquido.

**(b) CPC 48/IFRS9 - Instrumentos financeiros**

O CPC 48/IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

**(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros**

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48/IFRS 9 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção do CPC 48/IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros.

A tabela a seguir explica as categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018:

RS	Classificação CPC 38/IAS 39	Classificação CPC48/IFRS 9	Saldo em 01/01/2018
<b>Ativos e passivos, conforme o balanço patrimonial</b>			
Caixas e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	96
Títulos e valores mobiliários	Designado a VJR	Obrigatoriamente a VJR	24.764
Ativo financeiro da concessão	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	586.127
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	6.562
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	89.541

**(ii) Transição**

A Companhia optou por não reapresentar informações comparativas dos períodos anteriores com relação aos requisitos de classificação e mensuração. Dessa forma, as informações apresentadas para 2017 não refletem os requisitos do CPC 48/IFRS 9, mas sim do CPC 38/IAS 39.

**4.2 Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem receitas de juros, despesas de juros e variações monetárias. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

**4.3 Instrumentos financeiros**

**(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

Os recebíveis são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros

ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um recebível sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

## **(ii) Classificação e mensuração subsequente**

### **Instrumentos Financeiros – Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro mensurado ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

### **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018**

#### **Ativos financeiros a custo amortizado**

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o

*impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

#### **Ativos financeiros a VJR**

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

#### **Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018**

A Companhia classificou os ativos financeiros nas categorias de:

- empréstimos e recebíveis; e,

- ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dentro dessa categoria como ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

#### **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018**

##### **Empréstimos e recebíveis**

Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

##### **Ativos financeiros a VJR**

Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.

##### **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### **(iii) Desreconhecimento**

#### **Ativos financeiros**

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

#### **Passivos financeiros**

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos

assumidos) é reconhecida no resultado.

**(iv) Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**4.4 Subvenções governamentais**

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamental. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo é efetuada em conta específica de passivo.

**4.5 Redução ao valor recuperável (*impairment*) – Ativos não-financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Considerando que a Companhia não possui ágio contabilizado em suas demonstrações financeiras, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**4.6 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

A Companhia obteve junto à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) a renovação do direito a Redução de 75% do IRPJ, por meio da Laudo Constitutivo 201/2018, com fruição do benefício por 10 anos, tendo em vista o atendimento das condições e requisitos legais.

#### ***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente***

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

#### ***Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido***

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

## **4.7 Provisões**

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como

despesa financeira.

#### **4.8 Reconhecimento da receita**

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47 / IFRS 15 estão descritos anteriormente.

#### **4.9 Capital social**

Ações são classificadas como patrimônio líquido.

#### **4.10 Demonstrações do valor adicionado**

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

#### **4.11 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

##### **a. CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos**

A Companhia deverá adotar o CPC 06(R2)/IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. Em suas demonstrações financeiras, a Companhia avaliou não existir impacto na aplicação inicial do CPC 06(R2)/IFRS 16. Todavia, quaisquer impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

O CPC 06(R2)/IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

##### **b. Outras normas**

A seguinte norma alterada e interpretação não deverá ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.



## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Caixa e bancos	135	96
Aplicações financeiras (a)	<u>190.432</u>	<u>-</u>
<b>Total</b>	<b><u>190.567</u></b>	<b><u>96</u></b>

- (a) As aplicações financeiras de curto prazo referem-se, principalmente, a Fundos de investimentos e CDB - Certificados de Depósitos Bancários. Tais aplicações são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com percentual em torno de 107,13% (97,60% em 31 de dezembro de 2017) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Essas operações têm vencimentos inferiores a três meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor, logo são classificadas como caixa e equivalentes de caixa.

A Companhia adota a estratégia de aplicar seus recursos financeiros em fundos de investimento e ativos que possuem o objetivo de acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários e classificados como caixa e equivalentes de caixa. A Companhia utiliza os fundos de investimentos na sua gestão diária de caixa nas operações das Companhias.

Foi quitado, na data de 19 de dezembro de 2017, o contrato de compra e venda de ações e outras avenças, no qual o Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia (FIP) vendeu ações representativas de 51% do capital social total da Companhia para a Equatorial Energia S.A. Desta forma, considerando a referida mudança acionária, a gestão de caixa da Companhia foi alterada, a qual passou a utilizar o caixa nas atividades operacionais de curto prazo.

## 6 Títulos e valores mobiliários

<b>Circulante</b>		<b>2017</b>
Aplicações financeiras	<u>24.764</u>	<u>24.764</u>
<b>Total</b>	<b><u>24.764</u></b>	<b><u>24.764</u></b>
<b>Não circulante</b>		<b>2017</b>
Fundos vinculados (a)	<u>11.485</u>	<u>11.485</u>
<b>Total</b>	<b><u>11.485</u></b>	<b><u>11.485</u></b>

- (a) Os fundos vinculados se referem a aplicações financeiras, requeridas em contrato de financiamento com o BNDES, com a finalidade de garantia real, cujo saldo mínimo deve ser equivalente a três meses de parcela do serviço da dívida somado de três meses de parcela dos custos do contrato de operação e manutenção. Como o mesmo foi liquidado, o saldo foi transferido para a conta de aplicação financeira.

## 7 Outros ativos

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de R\$ 6.609 (R\$ 422 em 31 dezembro de 2017) apresentado no ativo circulante, referem-se, principalmente, à antecipação de dívida e prêmios de seguros. Conforme descritos nos quadros abaixo:

<b>Outros ativos de curto prazo</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Custo de transação	3.068	-
Outras contas a receber	679	114
Subsidio CDE	2.736	
Prêmio de seguros	61	249
Adiantamentos	65	59
	6.609	422

## 8 Impostos e contribuições a recuperar

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Circulante</b>		
ICMS a recuperar	2.870	109
INSS	163	133
PIS e COFINS	402	285
Outros impostos e contribuições a recuperar	-	6
	3.435	533
<b>Não Circulante</b>		
ICMS a recuperar (CIAP)	207	-
	207	-

## 9 Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Circulante</b>		
IRRF sobre aplicação financeira	489	212
IRPJ/CSLL a restituir	1.898	-
IRRF/CSLL retido na fonte	234	129
	2.621	341

## 10 Ativo de contratos

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia adotou o CPC47/IFRS15 a partir de 1º de janeiro de 2018, mensurando os ativos da concessão como ativo de contrato.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo de contrato da Companhia está assim apresentada:

	<b>2017</b>	<b>Reclassificação</b>	<b>Adoção inicial ao CPC 47 (PL)</b>	<b>Adição</b>	<b>Ativo de contratos 2018</b>
Ativo de contrato	-	35.916	23.275	19.118	78.309
	-	35.916	23.275	19.118	78.309

## 11 Ativo financeiro da concessão

O saldo representa a infraestrutura da concessão e corresponde ao direito estabelecido no Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União e a Companhia, de receber caixa por meio de dois fluxos (a) parte a ser recebida diretamente dos usuários delegados pelo poder concedente (geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores) por meio do faturamento mensal garantido da remuneração anual permitida (RAP), durante o prazo de concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

<u>2017</u>	<u>Atualização do ativo financeiro</u>	<u>Capitalização</u>	<u>Baixas da RAP</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Constituição</u>	<u>2018</u>
586.126	103.780	58.240	(131.020)	(35.916)	16.736	597.946
<u>586.126</u>	<u>103.780</u>	<u>58.240</u>	<u>(131.020)</u>	<u>(35.916)</u>	<u>16.736</u>	<u>597.946</u>

## 12 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de R\$ 4.410 (R\$ 6.562 em 31 de dezembro de 2017) de fornecedores, registrados no balanço patrimonial, referem-se aos serviços contratados para manutenção de instalações de transmissão e a ampliação da capacidade dos bancos de capacitores (Miracema/Gurupi), os quais serão revertidos ao poder concedente ao final do prazo de concessão.

## 13 Empréstimos e financiamentos

Em 19 de novembro de 2018, a INTESA liquidou antecipadamente a dívida total com o BNDES no valor de R\$ 60.738 (R\$ 89.541 em 31 de dezembro de 2018) com os recursos obtidos por meio da oferta da 2ª série da 1ª Emissão de Debêntures da Companhia.

## 14 Debêntures

Em 1º de novembro de 2018, a INTESA liquidou a 1ª emissão de debêntures, coordenada pelo Banco Itaú, no valor de R\$ 200.000, com o prazo de 84 meses, em duas séries sendo:

- A 1ª Série no valor de R\$ 100.000 com remuneração de IPCA + 5,4174% a.a. e destinação dos recursos ao custeio das despesas já incorridas e/ou a incorrer em projetos de transmissão de energia; e,
- A 2ª Série no valor de R\$ 100.000 com remuneração de CDI + 2,20% a.a. e destinação dos recursos para realização da liquidação antecipada do contrato de financiamento mediante a abertura de crédito nº 07.2.0333.1 firmado entre a INTESA e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico - BNDES.

•

### Composição e movimentação das debêntures

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	-	-
Ingressos	-	200.000	200.000
Encargos	2.124	-	2.124
Variação monetária	-	(126)	(126)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>2.124</u>	<u>199.874</u>	<u>201.998</u>

### Cronograma de amortização das debêntures

Em 31 de dezembro de 2018, as parcelas relativas ao principal das debêntures apresentavam os seguintes vencimentos:

	2018	
	Valor	%
Circulante	<u>2.124</u>	<u>1%</u>
2023	66.276	33%
Após 2023	<u>133.598</u>	<u>66%</u>
Não circulante	<u>199.874</u>	<u>99%</u>
Total	<u>201.998</u>	<u>100%</u>

### Covenants

As debêntures contratadas pela Companhia possuem *covenants* e garantias financeiras (quirografárias), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a administração da Companhia avaliou que os termos do contrato foram atendidos.

## 15 Impostos a recolher

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
ICMS	-	145
PIS/COFINS	1.734	1.039
IRRF	35	10
INSS	122	158
ISS	83	38
Outros	<u>82</u>	<u>66</u>
	<u>2.056</u>	<u>1.456</u>

## 16 Incentivos fiscais

A Companhia goza de incentivo fiscal, concedidos mediante Termo de Acordo de Regime Especial- TARE firmado com a Secretaria da Fazenda do Estado de Tocantins. Conforme esse acordo, a base de cálculo do ICMS é reduzida em 60% relativo ao diferencial de alíquotas e à importação de máquinas, aparelhos, equipamentos, suas partes, peças e outros materiais, quando

destinados à construção, operação e manutenção das instalações das linhas de transmissão de energia elétrica, localizadas em território tocantinense. Esses incentivos estão sendo mensalmente amortizados pelo prazo do Contrato de Concessão.

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Doações e subvenção para investimento	<u>13.529</u>	<u>13.924</u>
Circulante	539	-
Não circulante	12.990	13.924

## 17 Encargos setoriais

Por determinação da ANEEL, provisionamos e recolhemos mensalmente os encargos referentes a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Ministério de Minas e Energia . O saldo destinado aos projetos de P&D, acumulamos no passivo até a finalização do mesmo (os pagamentos ficam no ativo), quando então, fazemos um encontro de contas (ativo x passivo) para baixar o desta conta. Os saldos em 31 de dezembro são:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Pesquisa e Desenvolvimento	<u>3.783</u>	<u>3.602</u>
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	98	74
Ministério de Minas e Energia	<u>49</u>	<u>37</u>
	<u><u>3.930</u></u>	<u><u>3.713</u></u>

## 18 PIS e COFINS diferidos

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo de R\$ 54.967 (R\$ 45.409 em 31 dezembro de 2017), refere-se ao diferimento do PIS e da COFINS relativos à 9,25% da receita de construção total da Companhia. A liquidação dessa obrigação diferida ocorre pelo prazo da concessão à medida que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

## 19 Impostos diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e imposto de renda sobre prejuízos fiscais, considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%.

Dessa forma, os referidos créditos fiscais estão contabilizados no ativo não circulante, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 32 - Tributos sobre o lucro.

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias (i)		
Atualização do ativo financeiro	<u>54.156</u>	<u>29.288</u>
<b>Total</b>	<u><u>54.156</u></u>	<u><u>29.288</u></u>

- (i) A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, principalmente, decorrente da atualização do ativo financeiro.

## 20 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados com base no lucro real às alíquotas de 25% para imposto de renda e 9% da contribuição social:

	<b>2018</b>		<b>2017</b>	
	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	146.566	146.566	71.206	71.206
Alíquota fiscal	<u>25%</u>	<u>9%</u>	<u>25%</u>	<u>9%</u>
Pela alíquota fiscal	36.641	13.191	17.802	6.409
Adições:				
Outras provisões	34.914	12.569	24.128	6.729
Exclusões:				
Outras provisões	(45.285)	(16.294)	(24.789)	(8.924)
<b>IRPJ e CSLL no resultado do período</b>	<u>26.270</u>	<u>9.466</u>	<u>17.141</u>	<u>4.214</u>
<b>Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL diferidos)</b>	<u>18%</u>	<u>6%</u>	<u>24%</u>	<u>6%</u>
Passivo fiscal diferido	11.811	4.251	2.491	897
(-) IRPJ subvenção governamental (a)	<u>(16.489)</u>	<u>-</u>	<u>(11.931)</u>	<u>-</u>
<b>IRPJ e CSLL no resultado do exercício</b>	<u><u>21.592</u></u>	<u><u>13.717</u></u>	<u><u>7.701</u></u>	<u><u>5.111</u></u>
<b>Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido</b>	<u>15%</u>	<u>9%</u>	<u>11%</u>	<u>7%</u>

- (a) A Companhia obteve, em 2009, o benefício do lucro da exploração concedido pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) referente a redução de 75% da receita líquida da atividade operacional.

## 21 Partes relacionadas

O saldo em aberto e as transações no exercício com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

	<b>Ativo financeiro (Contas a receber)</b>	<b>Dividendos e juros sobre capital próprio</b>	<b>Fornecedores</b>
Equatorial Energia S.A.	-	16.062	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>-</b>	<b>16.062</b>	<b>-</b>
Equatorial Energia S.A.	-	5.553	-
Eletronorte	422	4.027	354
Chesf	380	1.305	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>802</b>	<b>10.885</b>	<b>354</b>

### **Remuneração do pessoal-chave**

O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros de Administração e Diretores. A remuneração total foi fixada em até R\$ 1.260 ao ano, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizadas em 30 de abril de 2018.

Remuneração da diretoria paga pela Companhia no exercício:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Salários e outros benefícios de curto prazo	421	711

## **22 Contingências**

A Companhia é parte envolvida em ações no âmbito administrativo, principalmente, na esfera ambiental. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a administração da Companhia, baseada na opinião dos assessores jurídicos externos, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas decorrentes de processos em virtude de ser remota a probabilidade de ocorrência de quaisquer desembolsos de caixa.

Abaixo relação dos processos, cuja probabilidade de perda é classificada como possível pela administração da Companhia, baseada na opinião dos assessores jurídicos externos.

A Companhia recebeu 2 autuações do IBAMA por, supostamente, deixar de atender:

- Uma condicionante da Licença de Instalação nº 443/2007, referente à prevenção de acidentes com a fauna, envolvendo a cobrança de multa no valor de R\$ 3.100; e,
- Uma condicionante da Autorização para Supressão Vegetal nº 157/2007, referente à reposição florestal, envolvendo a cobrança de multa no valor de R\$ 2.000.

A Companhia entende que cumpriu e vem cumprindo com todas as obrigações oriundas do seu licenciamento ambiental e apresentou defesa em todas as autuações informadas acima, relatando as medidas que foram e vêm sendo tomadas. Os consultores jurídicos da Companhia avaliaram a probabilidade de perdas como possível e, portanto, em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram registrados quaisquer valores de provisão.

## 23 Patrimônio líquido

### Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 188.556 (R\$ 170.000 em 31 de dezembro de 2017), representado por 170.000.000 ações ordinárias de R\$ 1,11 cada.

Arquivada na Junta Comercial, em 25 de setembro de 2018, o aumento de capital da Companhia, no montante de R\$ 18.555, mediante capitalização do saldo da reserva legal. Em 25 de junho de 2018, esse aumento de capital foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. O aumento estabelecido tem o objetivo de atender o que preceitua o estatuto social da Companhia, em consonância com legislação societária brasileira, a qual limita a reserva de lucros, com exceção da reserva para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, ao valor do capital social.

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social está distribuído entre os seguintes acionistas:

	Quantidade de ações	Participação %
Equatorial Energia S.A.	169.999.995	100
Outros acionistas minoritários	5	-
Total	170.000.000	100

### Mudança de acionistas

Foi quitado, na data de 19 de dezembro de 2017, o contrato de compra e venda de ações e outras avenças, no qual o Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia (FIP) vendeu ações representativas de 51% do total do capital social da Companhia para a Equatorial Energia S.A.

O valor da negociação, da transação mencionada no parágrafo acima, foi de R\$ 277.000 e obteve aprovação dos termos e condições da operação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em 19 de abril de 2018, a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte) e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) transferiram suas ações para a Centrais Elétricas Brasileiras S.A., tornando essa última a “nova” acionista da Companhia.

Em leilão realizado no dia 27 de setembro de 2018, a Equatorial Energia adquiriu os 49% das ações representativas da Companhia. Com a aprovação dos termos e condições da operação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 28 de dezembro de 2018, foi efetivado o *closing* da negociação, tornando a Equatorial Energia S.A detentora de 100% das ações da Companhia.

### Distribuição de dividendos

Foram distribuídos no valor de R\$ 10.885 em dezembro de 2018, os dividendos mínimos obrigatórios, aprovados pela 87ª ata de Reunião do Conselho de Administração, referentes aos lucros apurados até o exercício de 2017.



Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Lucro líquido do exercício	111.256	58.394
(-) Reserva legal	(5.563)	(2.920)
(-) Reserva fiscal	(16.489)	(11.931)
(-) Ajuste IFRS 15	<u>(24.952)</u>	<u>-</u>
Lucro líquido ajustado	<u>64.252</u>	<u>43.543</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	16.063	10.885
Dividendos complementares	<u>30.977</u>	<u>-</u>
Dividendos propostos	<u>47.040</u>	<u>10.885</u>
<b>Reserva de reforço de capital de giro</b>	<b>172.186</b>	<b>-</b>

### **Lucro por ação**

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per Share*), a tabela a seguir concilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Numerador		
Lucro líquido do exercício	111.256	58.394
Denominador		
Total de ações no cálculo	<u>170.000</u>	<u>170.000</u>
Lucro líquido do exercício, básico e diluído, por lote de mil ações - R\$	<u><u>0,65</u></u>	<u><u>0,34</u></u>

## **24 Receita líquida**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Remuneração do ativo financeiro	103.779	96.507
Receita de operação e manutenção	31.642	13.771
Receita de construção bruta (a)	77.588	32.850
Receita de ativo de contrato	8.487	-
Outras receitas	<u>11.719</u>	<u>4.588</u>
Total	<u><u>233.215</u></u>	<u><u>147.716</u></u>
Impostos	(19.610)	(10.414)
PIS/COFINS corrente	(12.348)	(10.401)
PIS/COFINS diferido	(7.248)	-
ISS	(14)	(13)
Encargos setoriais	(5.650)	(5.412)
Reserva global de reversão	(4.272)	(4.239)
Pesquisa e desenvolvimento	<u>(1.378)</u>	<u>(1.173)</u>

Impostos e encargos sobre a receita	(25.260)	(15.826)
Receita líquida de serviços	<u>207.955</u>	<u>131.890</u>

(a) Receita de construção da infraestrutura de transmissão: reconhecida considerando uma margem, definida de acordo com as projeções iniciais do projeto, sobre o custo de construção.

## 25 Custos por natureza

	2018	2017
Custo de operação	(448)	(2.444)
Serviços de terceiros	(10.763)	(10.625)
Pessoal	(3.204)	(2.568)
Custo de construção	<u>(38.687)</u>	<u>(32.850)</u>
	<u>(53.102)</u>	<u>(48.487)</u>

## 26 Despesas gerais e administrativas

	2018	2017
Pessoal	(933)	(1.968)
Administradores	(539)	(711)
Serviços de terceiros	(1.054)	(1.611)
Outros despesas gerais e administrativas	<u>(950)</u>	<u>(409)</u>
	<u>(3.476)</u>	<u>(4.699)</u>

## 27 Resultado financeiro

	2018	2017
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicação financeira	4.080	3.369
Acréscimos moratórios	23	70
Outras receitas financeiras	-	121
<b>Total de receitas financeiras</b>	<u><b>4.103</b></u>	<u><b>3.560</b></u>
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(8.461)	(10.193)
Outras despesas financeiras	(454)	(865)
<b>Total de despesas financeiras</b>	<u><b>(8.915)</b></u>	<u><b>(11.058)</b></u>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<u><b>(4.812)</b></u>	<u><b>(7.498)</b></u>

## 28 Gestão de riscos financeiros

### 28.1 Considerações gerais e políticas

A Administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança, cujo controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

## **28.2 Gerenciamento dos riscos financeiros - Instrução CVM nº 475**

A Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e a supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos.

Os riscos descritos a seguir são uma compilação do apontamento pelas diversas áreas, conforme suas respectivas especialidades. A Administração define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

Os procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidos para identificar e analisar os riscos aos quais estão expostos, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades.

### **a. Risco de crédito e risco de demanda**

A atividade de transmissão é não competitiva. Não existe competição entre empresas (existe entre investidores, para obtenção da concessão).

O preço é regulado (tarifa) e denominado receita anual permitida (RAP). A Companhia não pode negociar preços com usuários. A receita RAP é fixa e atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio da tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários da transmissão de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios. Essa tarifa é reajustada anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das transmissoras e deve ser paga pelos usuários do sistema, pelas geradoras e importadores (que colocam energia no sistema), pelas distribuidoras, pelos consumidores livres e exportadores (que retiram energia do sistema). Portanto, o poder concedente delegou aos usuários representados por agentes de geração, distribuição, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento pela prestação do serviço público de transmissão. A RAP é faturada e recebida diretamente desses agentes.

Na atividade de transmissão, a receita prevista no contrato de concessão (RAP) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existe risco de demanda.

De acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, o arcabouço regulatório de transmissão brasileiro foi planejado para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão. Os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para evitar risco de inadimplência.

### **b. Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas

inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

	2018		
	Valor contábil	Total	1-7 anos
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>			
Debêntures	201.998	201.998	201.998
Fornecedores	4.410	4.410	4.410
Dividendos propostos	16.062	16.062	16.062
Total	222.470	222.470	222.470

**c. *Risco de taxa de juros***

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos, e financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras.

Atualmente, todos os empréstimos da Companhia possuem taxas pré-fixadas.

**d. *Análise de sensibilidade***

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de juros vigentes ao final do período.
- Cenário II: Esta projeção foi majorada em 25% em relação ao cenário provável.
- Cenário III: Esta projeção foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.
- Cenário IV: Esta projeção foi majorada em -25% em relação ao cenário provável.
- Cenário V: Esta projeção foi majorada em -50% em relação ao cenário provável.

A tabela a seguir demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

<b>Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros (R\$ Mil)</b>						
		<b>Cenário Provável</b>	<b>Cenário II +25%</b>	<b>Cenário III +50%</b>	<b>Cenário IV -25%</b>	<b>Cenário V -50%</b>
<b>Ativos Financeiros</b>						
Aplicações financeiras						
		-	-	-	-	-
Impacto no resultado						
		-	-	-	-	-
<b>Passivos Financeiros</b>						
Empréstimos, financiamentos e debêntures						
	CDI	101.305	107.718	109.321	110.919	106.114
	IPCA	100.693	103.935	104.746	105.556	103.125
Impacto no resultado		9.655	12.069	14.477	7.241	4.827
<b>Efeito líquido no resultado</b>		<b>97</b>	<b>50.596</b>	<b>101.096</b>	<b>-50.403</b>	<b>-100.902</b>
<b>Referência para ativos e passivos financeiros</b>						
		<b>Taxa em 31/12/2018</b>	<b>+25%</b>	<b>+50%</b>	<b>-25%</b>	<b>-50%</b>
CDI (% 12 meses)		6,42	7,91	9,49	4,75	3,17
SELIC (% 12 meses)		6,43	8,08	9,69	4,85	3,23
TJLP (% 12 meses)		6,72	8,75	10,50	5,25	3,50
IGP-M (% 12 meses)		7,54	4,25	5,10	2,55	1,70
IPCA (% 12 meses)		4,05	4,03	4,83	2,42	1,61

**e. Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento**

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da Receita Anual Permitida - RAP será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica.

Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, devidamente comprovado pela Transmissora, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração

**28.3 Gestão de capital**

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

Dívida Líquida/EBITDA

Dívida Líquida/ (Dívida Líq. + Patrimônio Líquido)

Dívida de Curto Prazo/Dívida Total

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia atingiu níveis esperados dos indicadores mencionados acima.

#### **28.4 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros**

Os valores justos estimados de ativos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e em 1º de janeiro de 2018 estão identificados conforme a seguir:

<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>VJR</b>	<b>Ativos financeiros a custo amortizado</b>	<b>Outros passivos financeiros</b>
Caixa e equivalentes de caixa	-	217	-
Aplicações financeiras	190.432	-	-
Ativo de contrato	-	78.309	-
Fornecedores	-	4.410	-
Debêntures	-	-	201.998
Total	<u>190.432</u>	<u>82.936</u>	<u>201.998</u>

- Vide informação apresentada na Nota 4.11 referente ao saldo de ativo financeiro da concessão.
- Pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalente caixa, títulos e valores mobiliários e fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.
- Os saldos de empréstimos e financiamentos, apresentados acima, estão definidos no Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- Os saldos de títulos e valores mobiliários, apresentados acima, estão definidos no Nível 1 na hierarquia de valor justo.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

## 29 Seguros

A cobertura de seguro foi contratada pelos montantes a seguir, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e orientação dos consultores de seguros.

Ramo	Vigência	Importância segurada
Veículos	30/07/2018 a 30/07/2019	a*
Riscos nomeados operacionais	27/07/2018 a 27/07/2019	205.206
Responsabilidade civil geral	27/07/2018 a 27/07/2019	10.000

\*a: conforme apólice, referente a 6 veículos próprios

O contrato de concessão, firmado entre a Companhia e o Poder Concedente - ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, determina que, durante o prazo de vigência da concessão, fica a Companhia obrigada a contratação de seguros para garantir a cobertura adequada dos equipamentos de relevância significativa das instalações de transmissão. A Companhia assume as responsabilidades pelos riscos de reposição ou recuperação de todos os bens integrantes da concessão e por variações das receitas, decorrentes de sinistros ou fatos extraordinários danosos as instalações excluídas.

## 30 Eventos subsequentes

Em 25 de janeiro de 2019, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, a distribuição de dividendos intermediários no montante total de R\$ 219.226, conforme balanço patrimonial levantado em 30 de setembro de 2018, sendo: (i) R\$ 172.185, com base na reserva de lucros a realizar; e (ii) R\$ 47.041, com base nos lucros acumulados no exercício de 2018. O pagamento dos Dividendos aos acionistas da Companhia será efetuado em uma ou mais parcelas, até 31 de dezembro de 2019, sem atualização monetária ou incidência de juros entre a presente data e a data de efetivo pagamento.

\* \* \*

## **Conselho de Administração**

Augusto Miranda da Paz Junior

Eduardo Haiama

Tinn Freire Amado

Carla Ferreira Medrado

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Humberto Soares Filho

## **Conselho Fiscal**

Geovane Ximenes de Lira

Tatiana Queiroga Vasques

Izabel Corina de Oliveira Carvalho

Reinaldo Weber Bezerra

Letícia Conceição Barbosa

Josivânio Alencar Santos

## **Diretoria Executiva**

Joseph Zwecker Junior  
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima  
Diretor

Waldênio Pereira de Oliveira  
Diretor

Gabriel Torres Ferreira da Costa  
Contador  
CRC RJ 112528/O-6